



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 10/04/2019

**The
Guardian**

Por que as pessoas mais afetadas pelo Ciclone Idai estavam tão mal preparadas?

De Antonio Matimbe

Por que as pessoas que são diretamente afetadas por tempestades estavam tão mal preparadas para responder a esse desastre? Por que, mesmo quando houve advertências, centenas morreram?

Essas questões me incomodam, mas são fáceis de explicar. Os mais pobres vivem do dia a dia. Todo dia é uma luta para fazer face às despesas, para colocar comida na mesa, para encontrar o dinheiro para mandar as crianças para a escola e pagar pelos cuidados médicos dos parentes doentes.

Viver em modo de sobrevivência cria um senso de fatalismo no qual o amanhã tem que cuidar de si mesmo. Essa falta de esperança de que as coisas podem ser melhores é o resultado de estar à mercê de coisas que estão além de seu controle e dos meios para superar.

A outra razão pela qual os mais pobres sofrem tanto nessas circunstâncias é que, mesmo com os avisos do governo sendo compartilhados pelo rádio, o que eles poderiam fazer?

As casas das pessoas que vivem na pobreza na Beira são feitas de materiais que são fáceis de destruir. Até os hospitais, centros de saúde, igrejas e escolas foram destruídos. A cidade não foi capaz de suportar a fúria dos ventos.

E no campo, qualquer voo de helicóptero sobre a área devastada mostra a clara vulnerabilidade das pessoas que vivem nas terras baixas. Não há estradas, as comunidades estão isoladas. Teria sido quase impossível evacuar as pessoas antes da tempestade, mesmo que as pessoas quisessem ir.

FONTE: <https://www.theguardian.com/global-development/2019/apr/03/people-worst-affected-cyclone-idai-badly-prepared-mozambique>

FONTE: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/ROSEA_20190409_Mozambique%20itRep%20%237_8%20April_final%20for%20upload.pdf



Brasil

Lançada nova edição de programa que identifica negócios de impacto no Brasil

O Impact Hub e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançaram na segunda-feira (8) a terceira edição do Accelerate 2030, programa que identifica negócios inteligentes e inovadores em fase de crescimento com impacto direto em ao menos um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A expectativa é de que 30 negócios sejam escolhidos na etapa nacional. Os três que apresentarem melhor desempenho serão indicados para a etapa global, da qual participam 16 países.

Os empreendedores selecionados terão acesso a um programa de aceleração que inclui treinamentos, desenvolvimento de um plano para escala internacional, fomento a conexões estratégicas e suporte especializado. As inscrições podem ser feitas até 30 de abril no site do Accelerate 2030.

O cofundador do Impacto Hub no Brasil, André Maciel, destacou a importância do programa para alavancar modelos de negócio que promovem o desenvolvimento sustentável.

“Acreditamos que os empreendedores podem desempenhar um papel importante no avanço de soluções não convencionais para os desafios cada vez mais complexos e críticos do mundo. No entanto, eles precisam de mais do que um ecossistema favorável para prosperar. Necessitam de impulso e acesso a redes específicas de suporte em sua jornada para crescer em nível global”, afirmou.

Na primeira etapa do programa, os responsáveis pelos negócios selecionados participarão de encontros locais nas capitais brasileiras participantes: São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Manaus e Florianópolis.

Durante as reuniões, os empreendedores são capacitados para aprimorar práticas de mensuração de impacto, elaborar um plano de escala global, oferecer suporte e fazer contato com especialistas, investidores, mentores e parceiros no mundo todo.

Já na segunda etapa, três finalistas serão indicados para participar de uma imersão em Genebra, na Suíça, onde terão acesso a diversas rodadas de negócio e serão destaque

em eventos globais voltados aos ODS. Por fim, receberão suporte de organizações internacionais por mais nove meses para fortalecerem seus negócios.

“Percebemos que precisávamos sair da nossa zona de conforto e buscar parcerias com atores que conhecem bem esse ecossistema empreendedor e que sabem como inovar e dar suporte a startups”, explicou a diretora do PNUD em Genebra, Maria Luisa Silva.

O programa conta com o apoio internacional da farmacêutica Pfizer e do International Trade Center e, no Brasil, da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e da Fundação Grupo Boticário.

FONTE: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/accelerate2030-seleciona-negocios-que-impactam-ods.html>



O rosto dos desastres de 2019: além da resposta para construir um futuro sustentável

Este relatório fornece uma visão geral dos riscos naturais na Índia e investiga a mudança dos riscos de desastres, pois as mudanças climáticas, a variabilidade da precipitação, o aumento do uso da água, o crescimento da população, o ambiente construído e a urbanização levam a níveis mais altos de risco. Enfatiza a necessidade de olhar para 'desastres' de uma perspectiva mais ampla, com raízes nas práticas de gestão de recursos, para incluir considerações de vulnerabilidade socioeconômica e o impacto de desastres além das perdas econômicas diretas. O objetivo é trazer uma conversa sobre a construção de um futuro sustentável, que está além da resposta a desastres e inclui resiliência e sustentabilidade.

FONTE: https://www.preventionweb.net/files/64698_thefaceofdisasters2019.pdf



Abordagens intersetoriais para redução de vulnerabilidades e fortalecimento de resiliência

Abordagens intersetoriais reconhecem que as pessoas terão diferentes identidades, necessidades, prioridades e capacidades que não são estáticas, e mudarão e mudarão com o tempo - afetando sua capacidade de se preparar, enfrentar e responder aos perigos naturais e à variabilidade climática. Este documento explora as abordagens intersetoriais à redução da vulnerabilidade e à construção de resiliência, com o objetivo de informar a política institucional e a prática operacional.

Mensagens-chave

- As abordagens intersetoriais oferecem uma maneira de entender e responder às maneiras pelas quais diferentes fatores, como gênero, idade, deficiência e etnia, se cruzam para formar identidades individuais, aumentando assim a conscientização sobre as necessidades, interesses, capacidades e experiências das pessoas. Isso, por sua vez, ajudará na segmentação de políticas e programas.
- Os grupos sociais não são nem homogêneos nem estáticos, e as abordagens interseccionais reconhecem essa complexidade, levando em conta contextos históricos, sociais, culturais e políticos. Abordagens interseccionais nos ajudam a entender a natureza diferenciada da vulnerabilidade e resiliência. Eles também chamam a atenção para as causas sociais da vulnerabilidade, criando uma imagem mais sutil.
- Abordagens interseccionais ajudam a descobrir dinâmicas que podem moldar a vulnerabilidade e a resiliência. A interseccionalidade enfatiza a constante renegociação das relações de poder e como indivíduos e grupos podem experimentar simultaneamente poder e opressão.
- Não há uma abordagem única ou conjunto definido de métodos para buscar entendimentos interseccionais de vulnerabilidade e resiliência relacionados à mudança climática e riscos naturais. A melhor coleta e compartilhamento de dados desagregados e análises relacionadas às circunstâncias das pessoas vulneráveis, marginalizadas e em risco também será uma contribuição necessária para orientar a política e a programação da resiliência.
- Mais pesquisas sobre abordagens intersetoriais para a redução da vulnerabilidade e a construção de resiliência são necessárias - em particular, pesquisa qualitativa e contextual para entender completamente como as desigualdades se cruzam e afetam as pessoas em diferentes contextos.

FONTE: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/12651.pdf>



Não deixando ninguém para trás: Incluindo um bilhão de pessoas para se adaptarem às mudanças climáticas

O PNUD e parceiros sob a Iniciativa de Resiliência Climática da ONU A2R estão desenvolvendo um projeto multi-país focado nas necessidades das pessoas com deficiência para lidar com a mudança climática na Ásia e no Pacífico.

Por Vasundhara Jolly, Consultor de Adaptação às Alterações Climáticas, Unidade Global de Financiamento Ambiental, Centro Regional de Bangkok do PNUD

Segundo a Organização Mundial da Saúde, mais de 1 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência.

O Secretário-Geral das Nações Unidas observou que “em muitas sociedades, as pessoas com deficiência acabam frequentemente desconectadas, vivendo isoladas e enfrentando discriminação”.

Quando se trata dos impactos das mudanças climáticas e dos desastres, sabemos que as pessoas com deficiências são desproporcionalmente afetadas por eventos climáticos extremos exacerbados pelas mudanças climáticas.

Pessoas com deficiência têm entre duas a quatro vezes mais chances de morrer em um desastre.

Pessoas com deficiência foram 2,45 vezes mais propensas a ter se machucado durante o Tropical Cyclone Pam, que atingiu Vanuatu em 2015.

O que explica essa disparidade? Existem muitos fatores, mas sabemos que o acesso limitado a informações de risco, mensagens de alerta precoce e abrigos de transporte e emergência - bem como a falta de participação significativa na tomada de decisões e restrições ao movimento físico - aumentam a vulnerabilidade de uma pessoa quando ocorre um desastre. .

Entre as pessoas com deficiência, a discriminação interseccional é comum e intensifica enormemente as vulnerabilidades existentes. As mulheres com deficiência enfrentam discriminação adicional e, muitas vezes, violência baseada no gênero. Ser membro de um grupo minoritário ou indígena também amplia as vulnerabilidades de uma pessoa.

Fazendo progresso, mas ainda é necessário trabalho adicional

As estruturas internacionais têm reconhecido cada vez mais a igualdade de direitos das pessoas com deficiência, como o Artigo 11 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Estrutura de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015-2030) e na região Ásia-Pacífico. a Estratégia de Incheon (2013-2022) para 'Tornar o Real Real' para pessoas com deficiência.

Ainda assim, os desafios permanecem, incluindo:

- Nos quadros de adaptação ao clima e de redução do risco de desastres, as pessoas com deficiência são frequentemente referenciadas, se tanto, apenas sob o título de 'grupos vulneráveis', com pouca atenção dada aos desafios específicos que enfrentam;
- Dados imprecisos sobre pessoas com deficiência, de acordo com o *Conjunto de Questões do Grupo de Washington* nos censos, e o estigma associado ao relato de deficiências. Isso impede a implementação de medidas efetivas.
- Atenção insuficiente aos desafios específicos enfrentados por pessoas com diferentes tipos de deficiência. Por exemplo, materiais inacessíveis, incompatibilidade com dispositivos auxiliares e vocabulário inadequado de linguagem de sinais relacionado à adaptação às mudanças climáticas, riscos, impactos e advertências.

- Oportunidades limitadas para pessoas com deficiência participarem na concepção e implementação de quadros de políticas de adaptação às alterações climáticas.
- Desafios mais amplos relacionados ao estigma, estereótipos e discriminação cultural e religiosa.

Construindo a resiliência das pessoas com deficiência para lidar com as mudanças climáticas na Ásia e no Pacífico

Para resolver essas lacunas, o PNUD tem trabalhado com parceiros como a Parceria Global de Resiliência, UNEP, FAO, Cruz Vermelha e Universidade de Columbia sob a égide da Iniciativa de Resiliência Climática da ONU A2R para desenvolver uma proposta de projeto para o Fundo de Adaptação; o conceito foi endossado pela diretoria do Fundo de Adaptação em outubro de 2018 .

Segundo Pradeep Kurukulasuriya, Coordenador Executivo (ai) da Unidade Global de Financiamento Ambiental do PNUD, uma reunião inspiradora com um defensor surdo das Filipinas na COP do ano passado foi mais um lembrete da necessidade urgente de intervenções direcionadas às necessidades das pessoas com necessidades especiais. Ele enfatiza que precisamos ir além das tags generalizadas, como "pessoas vulneráveis", para que ações significativas sejam afetadas e que as parcerias sejam fundamentais: "Abordar a escala das necessidades das pessoas com deficiência exigirá parcerias. Muito tem sido ignorado por muito tempo para ser abordado por alguns. A parceria A2R, envolvendo as organizações da ONU, o setor privado, a academia, é uma plataforma apropriada para defender essa necessidade há muito negligenciada".

Até agora, foram realizadas consultas e workshops para entender as necessidades exclusivas das comunidades com órgãos governamentais, ONGs, organizações de pessoas com deficiência (DPOs), sociedade civil e instituições acadêmicas em Bangladesh, Camboja, Indonésia, Nepal, Paquistão, Filipinas e Tailândia. . Uma imensa quantidade de trabalho já está em andamento nesses países.

Por exemplo, nas Filipinas, a *Lei de Gestão e Redução de Risco de Desastres nas Filipinas* reconhece as pessoas com deficiência como um subconjunto de grupos "vulneráveis" que devem ser considerados em todas as suas atividades. No Nepal, o *Manual de Planos de Ação de Adaptação Local* usa a deficiência como um critério para identificar pessoas vulneráveis ao clima. Na Tailândia, o *Plano Diretor de Adaptação às Mudanças Climáticas (CCA)* abrange as respostas inclusivas de gestão de desastres para pessoas com deficiências.

Um dos principais focos do projeto será adaptar os sistemas de aviso prévio às necessidades específicas das pessoas com deficiência, apoiando o desenvolvimento, replicação e ampliação de aplicações tecnológicas inovadoras por meio de parcerias do setor privado.

As atividades serão adaptadas para cada país, trabalhando com parceiros locais e regionais da OPD para garantir uma maior participação das pessoas com deficiência. "*Nada sobre nós, sem nós*" é um princípio central na formulação de

políticas inclusivas; É impossível projetar uma estrutura de adaptação eficaz sem envolver os líderes das comunidades, que muitas vezes servem como o primeiro ponto de contato para pessoas com deficiência e seus cuidadores.

Srilata Kammila, Chefe de Adaptação às Mudanças Climáticas no PNUD, observa que o portfólio de adaptação do PNUD se concentra em abordar os riscos e impactos climáticos para as pessoas mais vulneráveis e marginalizadas. “Pessoas com deficiência são particularmente vulneráveis às mudanças climáticas, incluindo eventos extremos. Através deste projeto, trabalhando em estreita colaboração com as OPDs locais e outros parceiros, esperamos elevar a advocacia e ação para salvaguardar e melhorar a vida das pessoas com deficiência contra as alterações climáticas”.

Espera-se que uma proposta completa seja submetida ao Fundo de Adaptação no segundo semestre de 2019. Olhando para o futuro, os sucessos e lições aprendidas com o projeto piloto fornecerão a base para o eventual aumento de escala em outros países da Ásia, e eventualmente África.

"Não deixar ninguém para trás" forma o núcleo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e este projeto visa concretizar essa promessa, desenvolvendo a resiliência das pessoas com deficiência aos impactos das mudanças climáticas. Ao basear-se no progresso e na dinâmica do Acordo de Paris, nos PADs e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o projeto representa uma oportunidade para a comunidade internacional não deixar ninguém para trás.

FONTE: <https://www.adaptation-undp.org/leaving-no-one-behind-including-billion-people-adapt-climate-change>



Para a inclusão: um guia para organizações e profissionais

O desenvolvimento inclusivo visa criar sociedades que valorizem e emancipem todos os grupos marginalizados, incluindo raparigas vulneráveis, mulheres e pessoas com deficiências.

Esta publicação consiste em três partes. Seu objetivo é estabelecer a justificativa para a inclusão e fornece assessoria técnica e ferramentas para colocar a teoria em prática. Destina-se a ser usado como referência durante o desenvolvimento organizacional e de programas / projetos, com foco na capacidade de resposta de gênero e inclusão de deficiências, bem como uma ferramenta para apoiar boas práticas na implementação. Os usuários podem incluir membros da diretoria e da diretoria que desejam orientar suas organizações para se tornarem mais inclusivos. Não é assumido que eles terão conhecimento prévio de gênero e / ou

deficiência, embora a familiaridade com abordagens inclusivas seja útil, pois o documento não busca repetir informações sobre inclusão em um sentido mais amplo.

Esta primeira parte guia o leitor através do processo de avaliar se a organização está pronta para mudar para se tornar uma organização mais inclusiva. A segunda parte apresenta o quadro ACAP, que estabelece uma forma de abordar a inclusão através do foco nas áreas: Acesso, Comunicação, Atitude e Participação. Em seguida, demonstra como o framework pode ser aplicado a projetos e programas. A terceira parte fornece orientações para as pessoas que guiarão as organizações através do processo de mudança para se tornarem inclusivas de pessoas de grupos marginalizados.

FONTE:https://www.light-for-the-world.org/sites/lfdw_org/files/download_files/towards_inclusion_a4_web.pdf



Fogo no sul: uma troca intercontinental

Este relatório documenta uma viagem realizada através do sul da Austrália Ocidental (WA) para trocar conhecimento do sudeste da Austrália sobre incêndios culturais com proprietários tradicionais e autoridades de incêndios em Norseman, Esperance, Nowanup, Albany, Bunbury e Perth. A viagem ocorreu na sombra antecipada de incêndios catastróficos que podem destruir e ter destruído muito valor nesta parte do mundo.

Os principais aprendizados estão resumidos sob os títulos: Fogo e vida, Valores em risco, Cura, Queima cultural como prática contemporânea, Treinamento voluntário e habilidades de fogo, Relações e reparos e engajamento leste-oeste no sul da Austrália. O relatório também resume as apresentações de Dean Freeman sobre o programa de queima cultural do governo do ACT. Juntos, esses resumos formam o conteúdo substantivo do relatório. Eles são complementados por relatos anedóticos de cada reunião, bem como informações básicas sobre o título nativo e outras terminologias e conceitos fundamentais.

Fundamentalmente, os aborígenes se encontraram durante este estudo falando sobre a importância de compreender o fogo de maneira diferente, para reposicioná-lo não apenas como algo a temer, mas como central para a regeneração da vida. Ao mesmo tempo, todos estavam preocupados com o crescimento de incêndios catastróficos, e isso intensificou o foco em práticas preventivas de manejo da terra.

FONTE:<http://www.bnhcrc.com.au/publications/biblio/bnh-5488>

EVENTOS



DEFESA CIVIL DE MARICÁ REALIZA ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA O CURSO DE HIDROLOGIA APLICADA AS AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

A Secretaria de Proteção e Defesa Civil realizará o Curso de Hidrologia Aplicada as Ações de Proteção e Defesa Civil, voltado especificamente para profissionais que atuam nas áreas técnica e operacional dos órgãos de proteção e defesa civil de todo o Brasil e nas ações de redução do risco de desastres hidrológicos locais.

O curso tem por objetivo transmitir conceitos, critérios e metodologias relacionadas ao diagnóstico, mapeamento e planejamento de intervenções, visando à prevenção de desastres socioambientais, relacionados aos riscos hidrológicos.

Os principais resultados são: a melhoria dos sistemas de avaliação e mapeamento de riscos, previsão e alerta e também o planejamento urbano na atuação de gestão do risco de desastres.

Para efetuar as inscrições, os candidatos deverão estar vinculados aos órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), conforme art. 10 da Lei Federal nº 12.608/2012.

Dentre os temas abordados no curso, podemos citar: Conceitos básicos de hidrologia; Hidrologia e suas aplicações; O papel da Defesa Civil no contexto dos desastres hidrológicos em âmbito municipal, estadual e federal; A importância da tecnologia na gestão do risco de desastre hidrológico; Georreferenciamento aplicado a Proteção e Defesa civil, além de outros temas relevantes.

PERÍODO DE PRÉ-INSCRIÇÃO: DE 09 DE ABRIL À 24 DE ABRIL DE 2019

CONFIRMAÇÃO DOS SELECIONADOS: 25 DE ABRIL DE 2019

[VAGAS DISPONIBILIZADAS: 40 VAGAS](#)

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO CURSO: 07 À 10 DE MAIO DE 2019

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MARICÁ – Endereço: Rua Álvares de Castro 538, Centro, Maricá – RJ.

PONTO DE REFERÊNCIA: EM FRENTE AO PRÉDIO DOS SERVIÇOS INTEGRADOS MUNICIPAL (SIM)

PARA REALIZAR A INSCRIÇÃO, O CANDIDATO DEVERÁ:

- 1- ACESSAR O LINK: bit.ly/CursoHidrologia**
- 2- PREENCHER O FORMULARIO DO CURSO;**

Caso haja dúvidas, entrar em contato com a coordenação do curso, através do seguinte e-mail: cursosdcmarica@gmail.com



Redução do risco de desastres e desenvolvimento local sustentável

Abordagem ao Sul - Cooperação Sul e Triangular

Entenda a redução do risco de desastres é essencial para projetar ações para promover a resiliência territorial e desenvolvimento sustentável.

Você está trabalhando sobre estas questões e quer para aprender novas abordagens, adquirir ferramentas e melhores práticas aplicadas à redução do risco de ligação com o desenvolvimento sustentável?

Participar neste curso que já se tornou um evento anual para profissionais no tema!

Este é um curso **flexível combinado** onde você pode escolher entre vários modos de participação:

semana em sala de aula

campus ITC-OIT em Turim, Itália | 2019/10/06 - 14/06/2019.

No campus de Turim, com uma abordagem participativa e aplicada, onde cada participante terá a oportunidade de abordar novos temas de interesse e aprender as experiências bem sucedidas em diferentes países.

FONTE: https://www.itcilo.org/es/areas-de-especializacion/desarrollo-empresarial/reduccion-del-riesgo-de-desastres-y-desarrollo-local-sostenible?set_language=es#utm_source=CRM&utm_medium=SugarCRM ICTS&utm_campaign=EMLD_A9712054



Educação de informação pública e relações em serviços médicos de emergência

Um programa forte de informação pública, educação pública e relações públicas (PIER) pode ajudar uma operação de serviço médico de emergência (EMS) a lidar com os desafios apresentados pelas emergências modernas. Um bom programa PIER pode economizar dinheiro e vidas. Infelizmente, não há um conjunto único de métodos PIER que funcionem para todos. Este manual oferece alguns princípios para guiá-lo no desenvolvimento de um programa PIER que atenda às necessidades especiais de sua comunidade. Este manual oferece informações sobre como garantir apoio político e organizacional para o PIER, a necessidade de rede e como arrecadar dinheiro para o seu programa PIER. O manual explora maneiras de construir relacionamentos com a mídia antes de emergências e na cena, bem como questões legais comuns associadas ao EMS PIER. Também inclui diretrizes para avaliar a eficácia do seu programa e recursos adicionais para consultar para obter mais informações. Acima de tudo, este manual enfatiza a importância de formar uma equipe para conduzir as atividades do EMS PIER. A experiência tem mostrado que a energia gasta em um bom programa PIER retorna recompensas de longo prazo para a organização em termos de melhores relações públicas e maior conscientização sobre a prevenção de lesões e doenças.

FONTE: <https://trid.trb.org/view/411575>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>